

PARADIGMAS DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL

Josy Matias¹

Resumo

Este artigo intitulado Paradigmas da Profissão Docente no Brasil realizada uma breve retrospectiva da história da profissão docente no Brasil e conseqüentemente da Educação no Brasil, mas, prioristicamente, enfoca a formação dos professores para a sua praxe em sala de aula, compreendendo-se, que, a formação docente restringe-se muito mais a atender as perspectivas do mercado de trabalho do que mesmo as necessidades do profissional da educação, tanto no que se refere a sua prática profissional, quando as suas necessidades mais intrínsecas, que seriam aqueles que satisfariam as suas perspectivas de realização enquanto ser humano.

Palavras-Chave: Paradigmas, Profissão, Docência.

PARADIGMS OF THE TEACHER PROFESSION IN BRAZIL

Abstract

This article entitled Paradigms of the Teaching Profession in Brazil presents a brief retrospective of the history of the teaching profession in Brazil and, consequently, of Education in Brazil, but, as a priority, focuses on the teachers' formation for their classroom practice, understanding that , teacher training is much more restricted to meeting labor market prospects than even the needs of the education professional, both in terms of their professional practice, and their most intrinsic needs, which would be those your prospects of achievement as a human being.

Keywords: Paradigms, Profession, Teaching.

¹ Universidad Tecnológica Intercontinental, matiasneto20@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Elucidar o perfil socioeconômico e psicológico do professor que trabalha com alunos das primeiras séries iniciais do Ensino Fundamental, parte de algumas indagações: é importante gostar daquilo que se faz? Que implicações podem acarretar a profissão docente que tenha como conseqüência a desmotivação do professor? Quais as necessidades básicas do ser humano e de que forma elas podem ser satisfeitas?

Compreende-se, que essas questões, só poderiam ser respondidas pelo profissional da educação, porque é ele quem convive com suas necessidades, significados e significações da docência. No entanto, para que seja possível compreender o processo histórico, cujas raízes culturais ainda se encontram bem impregnadas, este trabalho, considerou ser importante também pesquisar quem eram os primeiros professores do Brasil, focando os aspectos relacionados com sua formação.

Assim pensando, a história da Educação, se faz presente neste trabalho, porque é impossível desassociar um do outro, ou seja, educação do educador. Desse modo, o primeiro capítulo deste trabalho, intitulado “Educação e Formação Docente no Brasil”, reflete a forma como os primeiros professores brasileiros, assumiram a profissão docente, depois que os jesuítas, após liderar durante duzentos e dez anos a educação do Brasil, foram expulsos pelo Marquês de Pombal.

Essa abordagem, além de ressaltar a desestruturação que a educação sofreu com esse rompimento, aponta quais parâmetros foram priorizados para organizar a educação brasileira, segundo a visão de Pombal e de seus sucessores. Nomeados por indicação ou sob concordância de bispos, mal pagos e preparados para o desempenho da função eram os primeiros professores brasileiros. Pergunta-se: como serão eles hoje, mesmo em face de toda uma política educacional, voltada para uma educação de qualidade.

O segundo capítulo desta pesquisa, que trata da Profissão Docente, com relação aos paradigmas e conflitos existentes no exercício dessa profissão, é um estudo, que objetivou esclarecer quais as verdadeiras causas da desmotivação profissional desses docentes. Desse modo, questões como, salários, superlotação de salas, desgaste psicológico, emocional e físico; autoestima e a qualidade da educação foram hipóteses levantadas neste capítulo que objetivou caracterizar o perfil do profissional brasileiro de educação.

2. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Dada a grande diversidade cultural do povo brasileiro, a história da educação no Brasil, atravessou períodos e rupturas que vão se alicerçando de acordo com cada processo histórico. Se pode mencionar como os primeiros professores do Brasil os Jesuitas, no entanto, ao longo de sua trajetória, a educação no Brasil recebeu influências de outras culturas. A cultura Jesuita, por exemplo, exerceu grande influência na educação brasileira, porque seu ciclo predominou durante aproximadamente cinco décadas.

Certamente que, um das principais características da formação do povo brasileiro, é sua diversidade cultural, ou como muitos autores denominam, multiculturalismo. Imigrantes portugueses, africanos, suíços, alemães, eslavos, turcos, árabes, italianos, japoneses, dentre outros, exerceram grande representatividade nas crenças e tradições culturais que até hoje fazem da história do povo brasileiro e conseqüentemente da Educação no Brasil. A respeito do processo migratório o site <http://pt.wikipedia.org/wiki/MulticulturalismoNoBrasil>, cita:

O Brasil incorpora em seu território culturas de todas as partes do mundo. Podemos dizer que este processo de imigração começou em 1530 quando os portugueses deram início à nossa colonização. Os primeiros imigrantes não-portugueses que vieram para o Brasil foram os africanos, que eram utilizados como escravos nas lavouras de café. Graças ao rápido desenvolvimento das plantações de café, esta colonização intensificou-se a partir de 1818, quando para cá vieram imigrantes de fora de Portugal à procura de oportunidades. Vieram suíços, alemães, eslavos, turcos, árabes, italianos, japoneses, entre outros.

Se pode dizer que os jesuitas foram os precursores da Educação no Brasil, porque durante cerca de aproximadamente duzentos e dez anos, foram eles que associando educação e religião, deram início aos primeiros colégios no mundo, inclusive no Brasil. Piletti (1996, p. 46), com relação à influência da educação jesuíta no Brasil, cita:

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. No momento da expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional.

A educação jesuíta, quanto ao seu currículo ocupava-se de ensinar a ler e a escrever aos filhos dos colonos, especialmente aqueles mais pobres, mas também oferecia outros cursos, para aqueles os abastados filhos dos latifundiários que tomaram posse de grandes extensões de terra no Brasil. No entanto, esses cursos estão sempre relacionados com a religião ou ao estudo das letras, filosofia e da matemática, sendo que muitos iam estudar fora do Brasil. Piletti (1996, p. 56) cita:

Além da alfabetização (ler e escrever), existiam os cursos de Letras, de Filosofia e Ciências e Teologia e Ciências Sagradas. Para fazer outros cursos, era preciso ir para a Europa, mas poucos podiam. Em toda a Bahia, havia sete classes de instrução, em que na primeira se ensinava gramática portuguesa; na segunda língua latina, sintaxe e sílaba na terceira; na quarta retórica; na quinta matemática; filosofia na sexta; e na sétima teologia moral. Além disso, filosofia era ensinada nos conventos como o do Carmo e o São Francisco

Desse modo, a profissão docente no Brasil teve início com os Jesuítas, que pela sua própria condição eclesiástica possuíam formação em teologia e filosofia, sendo que, com o advento da expulsão dos jesuítas e a reforma Pombalina, a situação se modifica quanto a possibilidade de uma educação tipicamente brasileira, mas, sofre rupturas, quanto ao perfil do docente, que eram

escolhidos para ministrar aulas sem a exigência de nenhuma qualificação para tal. Piletti (1996, p. 63) a esse respeito cita:

Os professores eram geralmente mal preparados para a função, já que eram improvisados e mal pagos. Eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam "proprietários" vitalícios de suas aulas régias. O resultado da decisão de Pombal foi que, no princípio do século XIX (anos 1800...), a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação.

O autor ao ressaltar que a educação brasileira ficou “reduzida a praticamente nada” no período Pombalino, faz menção à falta de uma estrutura de ensino consolidada em parâmetros metodológicos e didáticos e que levasse em consideração o perfil e a formação acadêmica do professor. Ao citar que esses professores eram “geralmente mal preparados para a função, improvisados e mal pagos”, Piletti esclarece de fato a qualidade da educação do período Pombal.

Muito embora, a história da educação no Brasil e conseqüentemente da profissão docente tenha passado por muitas reformas, somente algumas delas, representou um avanço para a educação e a qualificação docente. Essas reformas ocorreram muito após a proclamação da república através das primeiras leis em educação no Brasil e de pioneiros que muito contribuíram para o desenvolvimento da Educação no Brasil.

2.1. DO RATIO STUDIORUM A PEDAGOGIA MODERNA

A disciplina rígida e o culto à obediência foi o modelo deixado pela educação jesuíta e que se perpetuou por décadas na história da educação brasileira. Essa cultura enraizada e que até hoje predomina na educação, mormente todos os avanços, tem contribuído em muito com que a educação não atinja seus objetivos.

Do entusiasmo ao otimismo pedagógico que culminaram na educação moderna, Piletti (1996, p. 65) cita que as reformas educacionais assinalaram que se por um lado “a construção de um sistema de ensino e criação do Ministério da Educação, por outro, simbolizou a centralização de competência”, fazendo com que a autonomia do sistema educacional brasileiro ficasse centralizado no Governo Federal, ou seja, Estados e Municípios não possuíam nenhuma autonomia em educação.

O advento da Lei 4.024/61 e da Lei 5.691/71 trouxe maior estabilidade a educação brasileira quanto a sua organização, no entanto, a centralização da educação brasileira a nível federal, não representava nenhuma garantia do cumprimento dessas leis pelos Estados e Municípios.

No que se refere, por exemplo, à formação do professor para o exercício do Magistério, a Lei 5.691/71 LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a regulamentação passou a entender o profissional da educação com maior propriedade, ao formular uma formação básica para os diferentes níveis de ensino, o que veio a moralizar os sistemas educacionais, que anterior a essa lei tinha como exigência mínima para que o professor ocupasse a função docente o aprendizado da língua portuguesa e matemática, ou seja que fosse alfabetizado.

O artigo 30 da Lei 5.691/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cita:

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. § 1º Os professores a que se refere a letra "a" poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três, mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando for o caso, formação pedagógica. § 2º Os professores a que se refere a letra "b" poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo. § 3º Os estudos adicionais referidos aos

parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores.

No entanto, os incisos 1º, 2º e 3º da citada lei, abriam brecha para que os denominados estudos adicionais, que poderiam ter a duração de apenas um ano, fosse considerado ideal para formar professores com nível de escolaridade de 2º grau, para ocupar a função docente no ensino fundamental, o que representava que a educação no Brasil ainda não representava nenhum desenvolvimento em nível de profissionalismo e conseqüentemente de ensino, já que o individuo necessitava de uma mínima qualificação para ocupar o cargo de professor.

Enquanto que, nesse mesmo período, em países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos, o grau acadêmico de doutor (Ph.D ou equivalente) é “exigido para ingresso na carreira de professor nas universidades, enquanto que, os graduados, denominados de *teachers*, estão aptos ministrar aulas no ensino fundamental e médio” (<http://pt.wikipedia.org/wiki/MulticulturalismoBrasil>). Existindo toda uma diferença entre a palavra professor e *teachers*, muito embora, no Brasil, as pessoas entendam serem os mesmos profissionais.

Essa visão proposta pela Lei 5.692/71 é de cunho funcionalista, porque objetiva garantir resultados instrucionais e organizadores (objetivos, seleção de conteúdos, estratégias e avaliação) do processo ensino e aprendizagem, do que mesmo, a qualidade de ensino. Sua ideologia é de caráter reprodutor, porque não se preocupa em saber fazer e sim trinar professores e alunos para que cumpram seus objetivos. Por sua vez, ainda não se ouvia falar no caráter político e na prática pedagógica do professor.

Foi na década de 80, superada a fase do autoritarismo implantando pela Ditadura Militar, que o debate sobre a formação do professor passou a evidenciar a necessidade do caráter político na prática pedagógica e a responsabilidade do educador com as classes populares. A esse respeito, questões que passaram a ser palco de debates, são mencionadas por Piletti (1996, p. 76):

A desvalorização e descaracterização do magistério como profissão; a deformação do profissional do ensino e a desmotivação gerada pela falta de condições de trabalho, pela instabilidade no emprego, pelas relações hierárquicas, pelo universo burocrático e pela condição de simples assalariado a que vem sendo submetido o profissional do ensino e da própria escola; a discussão sobre a natureza do magistério: bico, vocação ou profissão; a função da educação escolar na prática social já que, ressaltava-se a importância do professor conscientizar-se da função da escola na transformação da realidade social dos seus alunos e ter clareza da necessidade da prática educativa estar associada a uma prática social mais global; formar professores ou educadores?

Nesse contexto, o perfil do professor deixa de ser um especialista de conteúdos para ser um facilitador da aprendizagem, um pesquisador, um profissional responsável por interagir nas questões sociais e na formação do cidadão. Um professor-pesquisador que articula teoria e prática pedagógica, reflexão e ação didática. A partir desse perfil, e da constatação da necessidade de uma formação continuada, o professor passa a ser um agente político, cujo compromisso maior seria a transformação social, e não aquele agente passivo, transmissor de conteúdos.

À medida que a Educação brasileira avança e novos paradigmas surgem, consequência das peculiaridades da sociedade em evolução, surge a emergência de educadores mais qualificados para assumir responsabilidades e competências que antes não eram priorizadas pela educação reprodutora dos conteúdos e da ordem social vigente. Nesse sentido, o educador deixa de ser um técnico da educação, porque a educação precisa de muito mais do isso. Ela precisa de agentes sociais, preocupados com a realidade de mundo e com as necessidades de seu aluno.

Piletti, (1996, p.78) cita:

A discussão sobre a formação do professor assume outro caráter quando se desloca da formação inicial para a continuada, incluindo pelo menos três eixos de abordagem: a pessoa do professor e sua experiência, a profissão de professor e seus saberes específicos e a escola e seus projetos educacionais. É importante lembrar, finalmente, que essas modificações na concepção da formação de professores parecem refletir diferentes formas de conceber o trabalho docente na escola ao longo dos

anos. De mero transmissor de conhecimentos, neutro, preocupado com o seu aprimoramento técnico, o professor passa a ser visto como agente político, compromissado com a transformação social das camadas populares. Sem perder de vista a dimensão anterior, porém de uma forma, talvez, menos ingênua e ideológica, privilegia-se, na década atual, a visão do professor como profissional reflexivo, que pensa-na-ação e cuja atividade se alia à pesquisa.

Desse modo, se pode dizer que, nesses quinhentos e oitenta anos de independência, a educação no Brasil, somente alcançou um patamar de desenvolvimento da década de 80 em diante. Somando o monopólio da educação jesuíta, as reformas de Pombal e o período da Ditadura Militar, sem nenhuma autonomia a educação brasileira caminhou a passos curtos. No entanto, mesmo em face das profundas reformas educacionais, especialmente no que diz respeito aos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, muito ainda se tem a alcançar, especialmente, no que diz respeito à formação do profissional da educação.

O artigo 61, Inciso I e II e artigo 62 da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com relação à formação do professor cita:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O que chama a atenção no artigo 62 é a formação exigida para atender a clientela de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, já que essa é a base para as aprendizagens futuras. A lei entende que somente a partir do 6º ano do ensino fundamental é que a educação necessita qualificar o professor, o que não é justo para com a categoria nem muito menos para a educação. Por sua vez, ressalta-se que, é justamente nessas modalidades de

ensino que o professor necessita cada vez mais rever suas práticas através de uma formação continuada.

Defende-se a tese de que o período que vai da alfabetização até o 5º ano do ensino fundamental seria aquele onde a escola precisaria de profissionais qualificados e capacitados para atender uma demanda que não é nada fácil quanto aos seus objetivos. Até porque, esse professor que a lei diz precisar apenas de nível médio normal, ministra aulas de português, matemática, geografia, história, ciências, sociedade e cultura, artes, religião, redação e em alguns casos educação física, quando a escola não tem profissional com essa formação, o que representa uma demanda que inclui capacidades e habilidades necessárias para alcançar os objetivos que os Parâmetros Curriculares Nacionais determinam.

Desse modo, a formação exigida por lei não atende uma questão importante, que é o caso da formação inicial do aluno e conseqüentemente a do professor, porque é nessa fase que o aluno ao ingressar nas primeiras aprendizagens precisa de maior atenção e o professor de capacidades e habilidades que o currículo Normal de Magistério não preenche.

Refletir qual seria o perfil do educador, passa por uma análise mesmo que superficial do desenvolvimento humano, com relação ao modo como essas pessoas desenvolvem seus conhecimentos e aprendizagens. No campo da educação, essa análise remete o pesquisador à verificar, em diversos períodos, que significados e quais significações tiveram esses conhecimentos e aprendizagens de geração em geração.

O perfil de uma pessoa é traçado de acordo com suas anuências, peculiaridades e satisfações. A subjetividade nesse aspecto entra em jogo, porque as pessoas são como elas são, não são produtos que podem ser fabricados. Desse modo, os significados representa um sentido, um objetivo final, enquanto que, as significações, representam o significado desse sentido e objetivo para o indivíduo.

Tardif (2002, p. 231), a esse respeito esclarece que é “cognitivista e psicologizante da subjetividade do professor”, tanto reduz sua subjetividade quanto não fortalece os laços desse profissional com a educação, a medida que ignora a vivência desses professores e se limita a uma transmissão de conhecimentos, não considerando importantes as experiências pessoais e profissionais desses sujeitos do processo ensino/aprendizagem.

Tardif (2002, p. 241), conclui enfatizando:

Em primeiro lugar, reconhecer que os professores de profissão são sujeitos do conhecimento é reconhecer, ao mesmo tempo, que deveriam ter o direito de dizer algo a respeito de sua própria formação profissional, pouco importa que ela ocorra na universidade, nos institutos ou em qualquer outro lugar.

Pensando assim, uma ponte entre aquilo que representa significados e significações para o educador, estabelece seu perfil, porque independentemente daquilo que propõe as leis em educação, é o professor que está em sala de aula com o aluno e dependendo dos significados e significações que tenha a educação para ele, seu perfil será traçado e conseqüentemente o perfil da educação.

Concorda-se com Tardif, à medida que se compreende ser o professor, bem como os demais profissionais existentes, que entende da profissão que exerce, podendo fazer um diagnóstico exato daquilo que seria melhor em relação aos cursos de formação de seus futuros colegas. Foucault (2004, p. 26) confirma “o sujeito não é a forma fundamental e originária, mas forma-se a partir de certo número de processos que, estes, são de ordem da subjetividade”.

No que se refere às competências, Arroyo (2001, p.89) esclarece que “são resultados de aprendizagem que não dizem respeito apenas ao conhecimento”. Alguém pode reunir inúmeros conhecimentos sem que reúna competências, porque essas necessariamente não fazem parte do conhecimento, no caso, ele apenas seria um complemento, “ninguém pensaria em pregar um prego sem utilizar um instrumento, de preferência um martelo”, elementar que assim o seja.

Prova disso é que a educação enquanto caminha com objetivos sérios rumo a qualidade da educação, através de suas leis, as dificuldades de aprendizagens de alunos crescem em sala de aula. Por muito tempo tentaram encontrar de quem era a culpa, para se chegar à conclusão de que é de todos. Da família pela sua ausência no processo ensino e aprendizagem; das Políticas Públicas em Educação, pelo seu *faz de conta*, que criou uma imensa dicotomia entre o discurso e a prática, do professor que insiste em continuar utilizando métodos e metodologias que não satisfazem as necessidades da educação moderna, e assim por diante.

Treinamentos, oficinas, cursos de capacitação são ofertados ao professor, objetivando o desenvolvimento de habilidades e capacidades na prática docente, no entanto, seus resultados são infrutíferos, vez que, nem sempre, estão de acordo com a realidade da sala de aula do professor, ou por sua vez, o professor se encontra desmotivado no desempenho de sua função.

A esse respeito, Davis (1992, p.47), ao falar do comportamento humano no trabalho, considerado os aspectos motivacionais, reflete sobre de que forma as instituições pensam em capacitar seus profissionais, sem levar em conta a subjetividade e valorização do ser humano, e sim, considerando apenas os aspectos relacionados com as necessidades da instituição, no caso, da escola, do aluno.

Para que uma motivação seja verdadeira e duradoura, ela tem que vir de dentro das pessoas, pois ninguém motiva ninguém, pois as instituições de hoje não querem mais se encarregar de motivar. As instituições estão dispostas sim, a gastar dinheiro em programas que capacitem seus profissionais a resolver problemas específicos de mercado, tecnologia, competitividade. A palavra do momento é o comprometimento. Os colaboradores têm que estar comprometidos e objetivados com o trabalho. É o compromisso que motiva.

Sob o ponto de vista das instituições, o trabalho serve para que o homem e a mulher possam satisfazer as suas necessidades. Pensando assim, existem as necessidades físicas, que estão quase sempre relacionadas com a segurança e a saúde; as emocionais, que se refere com a autoestima, à capacidade de amar e

de si sentir bem consigo mesmo; as necessidades mentais, que ligam à realização intelectual ao crescimento pessoal e espiritual, que tem relação com um significado para a vida, com o fazer alguma diferença no mundo.

Será que existe algum curso de capacitação que seja capaz de preencher essas necessidades? Certamente que há, no entanto, os mais priorizados são aqueles direcionados às necessidades mentais, que têm dado pouco ou nenhum resultado, porque deixa de pensar nas necessidades do ser humano de um modo geral. Não há uma regra para motivar pessoas. É necessário refletir o que é importante para cada pessoa. Uma forma comum neste universo de pessoas é enxergar o trabalho.

A escola e os demais seguimentos da sociedade aponta o professor como um profissional cujas qualidades passam pela competência e conhecimento, que são “técnicos que aplicam conhecimentos produzidos por outros e por outro lado, são agentes sociais cuja atividade é determinada exclusivamente por forças ou mecanismos sociológicos”. Tardif (2002, p. 229), sem considerar que para compreender a natureza do ensino é necessário considerar-se a subjetividade do professor, pois ele não somente aplica conhecimentos produzidos por outros, como também não é um agente determinado por mecanismos sociais, ele possui seu modo de ser e sua fala expressa significados que ele próprio nomeia, e, portanto se faz imprescindível o acatamento de suas idéias e competências de seus saberes educacionais.

Tardif (2002, p. 231), “a esse respeito esclarece que essa visão é cognitivista e psicologizante da subjetividade do professor”, tanto reduz sua subjetividade quanto não fortalece os laços desse profissional com a educação, à medida que ignora a vivência desses professores e se limita a uma transmissão de conhecimentos, não considerando importantes às experiências pessoais e profissionais desses sujeitos do processo ensino/aprendizagem.

Tardif (2002, p. 241), conclui dizendo:

Em primeiro lugar, reconhecer que os professores de profissão são sujeitos do conhecimento é reconhecer, ao mesmo tempo, que deveriam ter o direito de dizer algo a respeito de sua própria formação profissional, pouco importa que ela ocorra na universidade, nos institutos ou em qualquer outro lugar.

Concorda-se com Tardif, à medida que se compreende ser o professor, bem como os demais profissionais existentes, que entende da profissão que exerce, podendo fazer um diagnóstico exato daquilo que seria melhor em relação aos cursos de formação de seus futuros colegas. Foucault (2004, p. 26) confirma “o sujeito não é a forma fundamental e originária, mas forma-se a partir de certo número de processos que, estes, são de ordem da subjetividade”.

No que se refere às competências, Arroyo (2001, p.89) esclarece que “são resultados de aprendizagem que não dizem respeito apenas ao conhecimento”. Alguém pode reunir inúmeros conhecimentos sem que reúna competências, porque essas necessariamente não fazem parte do conhecimento, no caso, ele apenas seria um complemento, “ninguém pensaria em pregar um prego sem utilizar um instrumento, de preferência um martelo”, elementar que assim o seja.

Com referência a formação do professor e o mercado de trabalho, segundo os pareceres de Neto (2004 p.178) “os alunos demonstram uma preocupação maior com as possibilidades futuras de mercado de trabalho”. Essa preocupação se reporta muito mais às questões práticas da profissão do que mesmo o mercado de trabalho de acordo com pesquisa realizada por Neto (2004, p. 179), que confirma qual é a causa da preocupação, “o aluno demanda hoje de conhecimento, ferramentas que lhe deem condição de trabalhar, de ter uma inserção no mercado”.

Nesse sentido, confirma-se que a necessidade é voltada para a sua formação e profissionalização no sentido de possuir as ferramentas para atuar na área do que mesmo a preocupação de inserção no mercado de trabalho, não obstante a historicidade das corporações, pois elas não nascem de uma história natural, mas, de uma história social. No Brasil, os modelos em educação são prova incontestáveis desse fato, vez que sempre estiveram a serviço das

ideologias de uma classe dominante, cujos objetivos vislumbravam a ascensão do mercado de trabalho.

Desse modo, a importância da formação, restringe-se muito mais a atender as perspectivas do mercado de trabalho do que mesmo as necessidades do profissional da educação, tanto no que se refere a sua prática profissional, quando as suas necessidades mais intrínsecas, que seriam aqueles que satisfariam as suas perspectivas de realização enquanto ser humano. A ética e a estética aliada a uma proposta de formação de professores poderia contribuir significativamente para uma prática docente de qualidade e de satisfação pessoal para o educador.

2.2. FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ABORDAGEM ÉTICA E ESTÉTICA

Uma abordagem ética e estética na formação docente passa por reflexões que questionam o sistema de ensino brasileiro, especialmente, no que se refere aos cursos de graduação ofertados pelas inúmeras instituições de ensino espalhadas pelo Brasil, com relação aos extensos currículos que privilegiam muito mais as teorias em educação do que mesmo a prática docente.

Questionar esses currículos remete o pesquisador a compreender a ética como um tema de fundamental importância, por ser polêmico, contemporâneo e por levar o indivíduo a adotar uma postura ética frente a uma realidade extremamente desafiadora e que passa por uma educação estética na formação docente, onde se alinha a idéia voltada às emoções e aos sentimentos, ou seja, uma educação voltada para a sensibilidade em consonância com a diversidade humana.

Nesse sentido, uma formação docente que almeje o desenvolvimento de um ser ético-estético deve trabalhar as questões sociais concomitantemente com as questões emocionais. Experiências e vivências, estímulos e motivação seriam práticas constantes de uma formação ético-estética.

Coimbra (2002, p. 56), ao citar a importância da ética para o desenvolvimento dos seres humanos, diz que a ética "tem sido como que uma forma de consciência das sociedades humanas, iluminadora dos caminhos a serem seguidos em busca de um ideal de perfeição". O porto seguro no desenvolvimento das consciências, para o planejamento e a organização social.

A Revista Nova Escola (Novembro 2007, p. 37), ao realizar uma pesquisa intitulada "Aprender para ensinar", divulgou resultados sobre a formação docente que justificam o porquê da má qualidade de ensino, ou seja, da falta de uma ética e estética por parte das instituições formadoras de docentes:

64% avaliam a formação inicial que tiveram como excelente ou muito boa; 49% admitem que a formação os preparou pouco para a realidade de sala de aula; 80% já participaram de algum curso de formação continuada; 90% estão satisfeitos com a própria didática".

Não é estranho que uma sociedade que se considere ética e democrática, fraude sua própria consciência em favor de uma realidade mascarada, mas, que satisfaça aos interesses de si próprios ou de seus governantes? Se 90% estão satisfeitos com a própria didática e 64% classificam sua formação de excelente ou muito boa, o que de fato estará acontecendo em sala de aula, para que tantos alunos simplesmente sejam promovidos série após série sem que estejam alfabetizados?

Responsabilizar a família ou o próprio aluno pela má qualidade da educação tem sido uma praxe constante, - não que família e aluno não se incluam nesse contexto -, mas, a responsabilidade de educar se encontra no professor, motivo pelo qual, se ele considera sua formação docente de excelente, se pressupõe dizer, que em face de todos os desafios, que incluem falta de material pedagógico e até mesmo de livro didático, muito poderia ser feito pela aprendizagem desses alunos.

A questão ética e estética reflete em muito o perfil de uma sociedade. Foi Michel Foucault quem mais insistiu que o homem grego antigo buscava desenvolver uma ética que fosse ao mesmo tempo uma estética da existência.

Desse modo, se pode dizer que a ética contemporânea tem bases profundas no modelo mecanicista e coisificante, que não desperta nas pessoas à vontade de liberdade e aprimoramento. Ao contrário, induz a pessoa a mascarar uma realidade inexistente.

Construir uma ética que ajude a transformar numa obra de arte a pessoa humana certamente seria o caminho para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos assumiriam seus próprios valores, necessidades, sem camuflar a realidade em prol de objetivos que nada representam de belo e puro para a humanidade.

3. PROFISSÃO DOCENTE: Paradigmas e Conflitos no Exercício da Profissão

Falar dos paradigmas e conflitos da profissão docente no Brasil remete o pesquisador a levantar algumas questões. A primeira delas diz respeito ao salário, que é o menor de todos os países, exceção de alguns estados brasileiros, que se pode dizer que paga ao professor razoavelmente bem. Outras questões, diz respeito a superlotações de sala, falta de recursos pedagógicos e estrutura da escola, que inclui ausência de biblioteca, quadra de esporte, laboratório de ciências, informática e outras questões.

A esse respeito, Tardif (2002, p. 46) divulga pesquisa realizada pela UNESCO, citando:

De um total de 38 países, o Brasil só não paga pior aos seus professores em início de carreira do que o Peru e a Indonésia. Aqui, o salário anual, em dólares, é de US\$ 4.818, metade do valor que nossos vizinhos Argentina e Uruguai pagam e um sexto do que ganha um professor na Suíça. O número de alunos no ensino médio por professor no Brasil é em média, 38,6.

Vale ressaltar que, o raciocínio de que aqui, com os mesmos dólares, se vive melhor do que na Suíça não vale porque os pesquisadores já levaram em conta o custo de vida em cada país. Fato é que, o Brasil além de pagar mal ao professor, oferta péssimas condições de trabalho, são piores do que em outros

países. No entanto, há quem justifique a condição da educação brasileira, exemplificando por exemplo, países como a África “cuja media de alunos por sala chega a 70” TARDIF (2002, p.47), o que chega a ser uma atitude desrespeitosa com o aluno e professores.

O que o estudo aponta para o Brasil que merece reflexão é que, como dizem seus autores, em países em que as condições de trabalho dos professores são boas, a qualidade da educação tende a ser melhor. Discutem tanto as razões para a falta da qualidade da educação brasileira, que às vezes se esquece do óbvio: professores mais bem pagos e com menos alunos em sala têm condições de desenvolver um trabalho muito melhor.

Outra questão que é representativa de paradigmas e conflitos no exercício da profissão docente se refere às consequências de todas essas questões para a saúde física e emocional do professor, bem como, para o estímulo e motivação da prática docente. Muito embora, “53% expressem amor pela carreira, outros 14% acreditarem preparar o aluno para o futuro, a realidade é que 21% apenas estão satisfeitos com a profissão”, Nova Escola (Novembro 2007, p. 33), o que em si, representa uma realidade assustadora, porque são esses professores quem lidam com a demanda de inúmeros alunos em sala de aula.

Quais seriam os motivos da insatisfação do professor? Essa pergunta remete a tantas outras, que sucessivamente se acumulam no cotidiano de vida do professor insatisfeito. A própria realidade da educação brasileira, em si, já é um contrassenso e motivo suficiente de insatisfação, no entanto, existem outros motivos.

Segundo pesquisa realizada por Esteves (1999, p.45) “a docência é uma das profissões que mais causa desgastes psicológico, emocional e físico”. O que representa dizer que, as frustrações e insatisfações, podem ser as causas de diversos desgastes, que segundo os pareceres de Esteves, pode representar sequelas, psicológicas, emocional e física.

Os fatores que geradores de insatisfação, que serão expostos no último capítulo deste trabalho, se pressupõem ser todos aqueles bem conhecidos de todo professor. Baixo salário; falta de recursos para execução de uma prática docente de qualidade, políticas educacionais e outras tantas questões. No entanto, uma é básica, são as consequências que essas questões trazem para a vida do professor.

Nada pior do que um profissional da educação desmotivado, desinteressado e sem qualquer esperança na educação. A Revista Nova Escola (novembro, 2007, p. 35), divulgou pesquisa com alguns mestres da educação que apontam os principais problemas por que passam o professor brasileiro:

Vera Trevisan, professora de Psicologia da PUC “A maioria dos cursos de formação continuada não leva em conta as necessidades cotidianas do professor. É por isso que fica a sensação de que nada se resolve depois de frequentá-los”. Telma Weisz – Especialista em Aprendizagem. “Sem explorar e ensinar corretamente as didáticas específicas é como se as faculdades vendassem o futuro do professor e o soltassem no mundo. É óbvio que, nessa situação, não dá para saber o que fazer”. Maria Cristina Mantovanini – Psicopedagoga. “Sentindo-se impotente, o professor procura as causas em fatores externos e cria uma situação que o prende: já que não pode mudar a família do aluno ele acha que não é possível ensinar”.

Procurar um culpado ou viver a profissão docente sem rumo ou direção são questões que estão bem presentes na educação que todos os brasileiros experimentam na idade contemporânea. A situação é desgastante e porque não dizer humilhante para o professor, e para o aluno, representa uma realidade que todos dela já têm conhecimento, a não aprendizagem.

A relevância e o interesse acerca da satisfação profissional dos professores surgem pelo fato de ela aparecer associadas variáveis tão importantes como a autoestima, o bem-estar físico e mental, a motivação, o empenho, o envolvimento, o estresse, absentismo/abandono, o sucesso, a realização profissional dos professores. De igual modo, sabemos também que sentimentos de insatisfação e mal-estar afetam não só professores, mas também os alunos, pois o desinvestimento e a falta de motivação dos professores

contribuem diretamente para o desinteresse dos alunos na sala de aula e conseqüentemente, para a menor qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Se, por exemplo, no final de cada ano letivo, tivesse fosse realizado um estudo com o objetivo de avaliar o nível de motivação da classe docente, se pressupõe, que os resultados seriam assustadores. O preocupante nesse aspecto, é que os desmotivados não seriam apenas aqueles que nada têm contribuído com a educação, mas justamente aqueles que são considerados, sobretudo, excelentes profissionais, cujo desempenho espelha o brio da atividade profissional.

Os bons profissionais reclamam com justa razão, da exagerada burocracia do ensino, que demanda um tempo que poderia ser repassado para o aluno; do sistema de avaliação que deixa margens para que o ensino perca a qualidade em favor da quantidade; da falta de valorização e apoio ao seu trabalho e do excesso de tarefas a desempenhar.

Considerando ser a motivação o motor principal da evolução das organizações, há motivos sérios para todos se preocuparem, vez que, sem motivação é difícil obter bons resultados, seja em que atividade for. Professores desmotivados terão mais dificuldade em oferecer estímulos e incentivos apropriados para tornar aprendizagem mais eficaz.

A escola precisa rever sua prática, afinal, cita Macedo, “a sociedade mudou, e, hoje o papel de quem está à frente de uma sala de aula também é educar e dar carinho. Se todos perceberem que isso existe – e não é um *bicho-de-sete-cabeças* – a angústia diminui”, Nova Escola (Novembro, 2007, p. 35). Essa prática inclui também o profissional docente, que enquanto, ser humano, precisa também ser retribuído, reconhecido, motivado.

O desestímulo, desinteresse e a ansiedade em que vive o professor, atinge também o aluno. É preciso que a escola observe que possui excelentes profissionais, cujo desempenho é indispensável valorizar. Mais ainda, é

fundamental, que os responsáveis pela Educação estudem a fundo os fatores que influenciam a motivação, de forma a ficarem na posse da chave que poderá abrir, sem falsos resultados, o caminho para o sucesso da organização escolar.

Já está desgastado esse debate, e todos sabem que um sistema educativo contempla a articulação de três subsistemas: políticas públicas que envolvem todos os órgãos responsáveis pela educação; espaço sociocultural, que envolve biblioteca, ludotecas, cinemas, teatro e outros recursos e a família. Sem essa tríplice aliança, fica impossível atingir uma educação de qualidade.

No entanto, as esferas públicas em educação, parecem ignorar propositadamente ou não, essas necessidades, especialmente, aquelas, que tem relação com a qualidade das escolas brasileiras. Especialmente, no nordeste do Brasil e nas escolas rurais, o quadro que se apresenta, em nada contribui para a melhoria da educação dos brasileiros.

Não é de se estranhar que a Região Nordeste tenha obtido os piores índices, vez que, a demanda que se impõe à qualidade da educação enfrenta como desafio os obstáculos à aprendizagem, que inclui o não acesso aos bens culturais, à maioria da população não tem acesso a livros, revistas, jornais, computadores e outros recursos, na família, como também a escola não dispõe desses recursos.

“É como se fosse uma geração perdida, consequência de mais de uma década de políticas educacionais equivocadas”, diz a pedagoga Maria Sylvia Bueno, da Faculdade de Educação da UNESP, em entrevista ao Jornal de São Paulo (junho / 2008 – Edição 1.118), enfatizando que o ensino médio não tem privilegiado os aspectos relativos ao desenvolvimento do aluno, no que diz respeito aos currículos elaborados a partir da década de 90 e que não atendem as necessidades de crescimento do aluno em termos de aprendizagem.

No tocante as primeiras séries do ensino fundamental, embora os índices apresentem sem sombra de dúvidas, que a qualidade da educação tem alcançado melhorias, a praxes em sala de aula, não tem apresentado índice tão

satisfatório. A realidade é que o aluno tem sido promovido ano após ano, sem que tenha nenhum aproveitamento em sua aprendizagem é a “geração de perdidos” que a pedagoga Maria Sylvia Bueno, se refere, provavelmente tenha sua origem nas bases mais tenras do ensino fundamental.

Não se constrói uma casa sem alicerce. Do mesmo modo, os últimos anos do Ensino e Fundamental e o Ensino Médio têm seu alicerce construído nos primeiros anos do Ensino Fundamental. O aluno que não tem aproveitamento em sua aprendizagem nos primeiros anos do Ensino Fundamental, fatalmente, terá muitas dificuldades nos anos posteriores.

Por outro lado, no período da vida da criança que vai dos seis aos doze anos, acontece o período de desenvolvimento psicossocial. Nessa fase da vida, a criança passa pelo que, os estudiosos denominam de crise evolutiva, na qual acontece o choque entre produtividade e inferioridade, “onde a criança quer e precisa ser reconhecida pela sua capacidade de realizar tarefas reconhecidas no seu meio ambiente” Brazorotto (2001, p. 49).

Considerar que é nesse período que a criança evolui ou regride é de extrema importância antes que se faça qualquer avaliação a seu respeito, especialmente, quando acontece do aluno regredir. Nesse sentido, seria interessante considerar o ponto de vista psicossocial do desenvolvimento de toda criança, antes que se proponha alguma forma de avaliar.

Por sua vez, apontar quem é o responsável pela qualidade de ensino é amplo e complexo. Existem pessoas envolvidas no processo, que pela própria condição humana, são passíveis de erros. Na realidade existe a instituição que representa a todos que trabalham na educação, mas, quem coordena seu destino são as pessoas. No entanto, culpar o professor, a família ou o próprio aluno, seria ocultar, que o sistema educativo, é articulado pela escola e todas as instâncias envolvidas com ela; o sociocultural e a família.

Desse modo, não existe um responsável pela qualidade de ensino. Existem sim responsáveis pela qualidade de ensino, porque todos que fazem

parte da escola, da família, da sociedade, devem contribuir com a qualidade da educação e consecutivamente com a melhoria da qualidade de vida das populações, porque, como dizia o inesquecível Rui Barbosa, “as crianças de hoje, serão os homens de amanhã”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira atravessa um momento ímpar em sua história que reflete que os caminhos trilhados foram de incertezas no campo da construção de claras opções institucionais. O mundo moderno impõe à prática educacional uma demanda que a educação não tem conseguido alcançar.

Quer com relação aos seus profissionais, que necessitam revisarem e renovarem permanentemente o seu entendimento acerca da educação que transmitem, quer em relação à própria estrutura institucional, que “ainda” se organiza nos moldes tradicional e tecnicista, indiferente aos avanços da sociedade moderna, que não sustenta a fragmentação do conhecimento e demanda uma formação de caráter mais geral.

Desse modo, se entende, que tanto a instituição quanto o docente, precisam criar suas próprias saídas aos desafios enfrentados, o que requer romper com as verdades absolutas e trabalhar com as dúvidas e incertezas do mundo atual. Inclui, também, a certeza de que o domínio cultural sobre as diferentes áreas do conhecimento tem relação permanente entre si, sendo um forte indicativo de que, o perfil docente no futuro requer multifuncionalidade.

Se, instituição e educadores pensam em uma educação, onde crianças e adolescentes são motivados a desenvolverem habilidades e competências, isso, necessariamente, deve refletir na competência dos profissionais de educação, porque pretender desenvolver essa forma de educação, requer competências e habilidades do profissional.

Pessoa e educador são as mesmas pessoas. Portanto, pretender que esse profissional deixe de ser aquele que dá aula, para ser uma agente de

transformação social, requer a compreensão de que, a pessoa que é composta de saberes, experiências, dúvidas, aspirações, conflitos, entre outros, precisa ser valorizada para que possa executar seu trabalho com motivação.

A formação desse profissional, a partir desse ponto de vista, deve ser entendida numa perspectiva da promoção de transformações e não como um mero instrumento técnico. Não basta ter o domínio do conhecimento específico ou ser um professor que repassa aquilo que julga ser necessário que o aluno aprenda, uma visão sistêmica do espaço onde atua faz diferença, quando o assunto é experiências docentes e discentes em sala de aula.

Somar conhecimentos e capacidades para lidar com o aluno; trabalhar com a informação que chega a sala de aula por vias diversas e responder as expectativas inerentes a uma nova abordagem curricular, parece ser a questão primordial das novas competências que se espera do docente. Exige-se, portanto, um profissional com saberes diferenciados e com sensibilidade para disponibilizá-los adequadamente. A mudança educacional depende dos educadores, mas, sobretudo, das transformações possíveis a serem operadas no sistema de ensino, sobretudo, em nível das suas organizações e de seu funcionamento.

Quanto a esses educadores, sob o ponto de vista intrínseco da subjetividade humana, que remete a um perfil psicológico, se pode antecipar, que a realização profissional, enquanto prática de ensino servirá de grande incentivo e motivação para o trabalho executado dentro e fora da sala de aula.

No entanto, não se pode esquecer que professor e pessoa se confundem em uma mesma identidade e subjetividade, o que representa dizer, que um profissional que se sente desvalorizado e carente do próprio exercício da profissão, a exemplo dos recursos, relações institucionais, dentre outros fatores, certamente, será aquele, que em face de toda formação profissional, ainda assim, estará desmotivado ao exercício da profissão.

Não se pode exigir nada desse professor, porque a própria instituição o coloca em uma posição de inoperante frustração profissional. Nesse ponto, se

tem a considerar que as escolas públicas estão abalroadas de crianças e adolescentes, mas, faltam-lhe livros, revistas, jornais, Internet, computador, quadra de esporte, aula de artes, música e toda uma estrutura organizacional para atender com eficiência estes jovens. Restando ao professor uma lousa e um giz!

O que fazer diante da realidade de políticas públicas inoperantes? Da falta de recursos para trabalhar? Da ausência de uma gestão que reivindique esses direitos? Os professores relacionados nesta pesquisa deram suas sugestões, que segundo eles, refletem na melhoria da qualidade de vida do professor, no entanto, governo, sociedade e instituição estão preocupados com isso, por acaso?

Pensar na formação profissional docente é importante, mas, sobretudo, se considera de maior importância pensar no sujeito enquanto criador de sua própria história, e no caso do sujeito docente, criador de outras histórias de vida. Desde que o mundo começou a trilhar os caminhos do conhecimento, que o professor tem sido o sustentáculo da escola, e, portanto, merece respeito e reconhecimento.

REFERÊNCIAS

ARROYO F. Inácio. **Formação Profissional**. Editora Vozes: Petrópolis: 2001.

BRAZOROTTO, w. O Desenvolvimento da Criança. São Paulo: Cortez, 2001.

COIMBRA. C. **Dasessênciasàs multiplicidades: especialismopsi e produções de subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médica, 2002.

DAVIS, Keith & NEWSTRON, John W. **Comportamento Humano no Trabalho**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

ESTEVEES., J.M. **O mal-estar docente - a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Graal. São Paulo: 1979.
<http://pt.wikipedia.org/wiki/MulticulturalismoBrasil>, Acessado em 08/01/2015.

MATIAS, Josy. **Paradigmas da Profissão Docente no Brasil**, UTIC - Universidad Tecnológica Intercontinental. Assunção - Py. 2019

NETO, Ferreira Leite João. **A formação do psicólogo, Clínica, Social e Mercado**. São Paulo, Belo Horizonte?BH: 2004.

NÓVOA, Antonio. **Professor se forma na escola**. Nova Escola, São Paulo. Editora Abril, 2001.

PILETTI, Nelson, **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996. TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes & Formação Profissional**. Ed. Vozes. Petrópolis: 2002